



Votorantim Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e
relatório dos auditores independentes**





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Geração de Energia S.A. e da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International*



Votorantim Geração de Energia S.A.

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



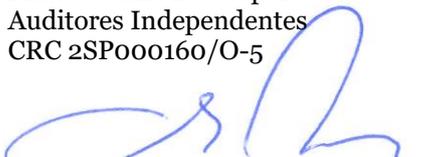
Votorantim Geração de Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	13
2.1	Base de apresentação.....	13
2.2	Consolidação.....	14
2.3	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	14
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	15
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas	15
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas	15
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
5	Gestão de risco financeiro	16
5.1	Fatores de risco financeiro	16
5.2	Estimativa do valor justo	18
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	19
6	Instrumentos financeiros por categoria	20
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	21
8	Caixa e equivalentes de caixa	21
9	Contas a receber de clientes.....	22
10	Partes relacionadas.....	24
11	Contratos futuros de energia.....	26
12	Investimentos	27
13	Imobilizado	32
14	Intangível	33
15	Arrendamentos.....	34
16	Fornecedores.....	35
17	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	35
18	Provisões.....	37
19	Patrimônio líquido	38
20	Receita	39
21	Abertura do resultado por natureza.....	39
22	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	40
23	Resultado financeiro líquido.....	41
24	Benefícios de plano de pensão	41
25	Seguros	41
26	Informações suplementares, segmentos de negócios	41
27	Eventos subsequentes	45

Votorantim Geração de Energia S.A.
Balço patrimonial
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	159.824	62.150	229.469	101.499	Arrendamentos	15 (b)	1.699	1.969	3.100	3.315
Contas a receber de clientes	9	3.131	2.056	400.046	448.735	Fornecedores	16	3.367	2.995	375.600	396.179
Tributos a recuperar		1.643	1.364	7.186	8.343	Salários e encargos sociais		11.205	8.695	27.145	20.031
Dividendos a receber	10	174.494	70.824	174.041	69.467	Tributos a recolher		923	896	8.839	9.572
Contratos futuros de energia	11			49.293		Contratos futuros de energia	11				54.341
Partes relacionadas	10				27.122	Receita diferida - obrigação por performance					31.782
Outros ativos		779	629	1.495	23.159	Dividendos a pagar	10	100.941	77.477	100.941	77.477
		<u>339.871</u>	<u>137.023</u>	<u>861.530</u>	<u>678.325</u>	Outros passivos		139	220	8.611	1.638
								<u>118.274</u>	<u>92.252</u>	<u>524.236</u>	<u>594.335</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamentos	15 (b)	2.220	3.658	2.497	5.128
Tributos a recuperar				430	430	Provisões	18			1.268	1.325
Contratos futuros de energia	11			8.602	29.267	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)	41.220	42.538	48.025	42.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)				13.530	Outros passivos		7.101	4.612	20.915	10.815
Outros ativos		244	330	244	340						
								<u>50.541</u>	<u>50.808</u>	<u>72.705</u>	<u>59.806</u>
		<u>244</u>	<u>330</u>	<u>9.276</u>	<u>43.567</u>	Total do passivo		<u>168.815</u>	<u>143.060</u>	<u>596.941</u>	<u>654.141</u>
Investimentos	12	3.140.489	3.124.955	2.999.758	3.011.730	Patrimônio líquido	19				
Imobilizado	13		266	33.517	34.933	Capital social		2.430.448	2.430.448	2.430.448	2.430.448
Intangível	14	270		3.365	2.391	Reservas de lucros		1.198.852	797.303	1.198.852	797.303
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	15 (a)	3.782	5.597	5.336	8.306	Ajustes de avaliação patrimonial		(313.459)	(102.640)	(313.459)	(102.640)
		<u>3.144.785</u>	<u>3.131.148</u>	<u>3.051.252</u>	<u>3.100.927</u>	Total do patrimônio líquido		<u>3.315.841</u>	<u>3.125.111</u>	<u>3.315.841</u>	<u>3.125.111</u>
Total do ativo		<u>3.484.656</u>	<u>3.268.171</u>	<u>3.912.782</u>	<u>3.779.252</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.484.656</u>	<u>3.268.171</u>	<u>3.912.782</u>	<u>3.779.252</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

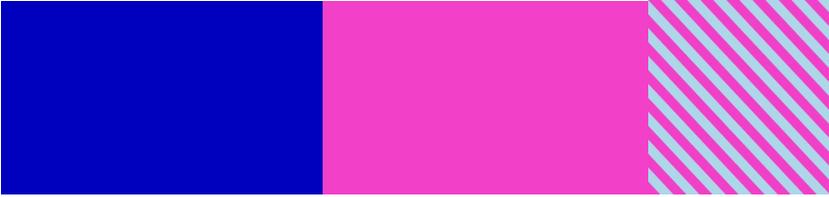
Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	20	33.540	31.842	3.588.233	4.229.084
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	21	(32.933)	(24.709)	(3.570.879)	(4.102.879)
Lucro bruto		607	7.133	17.354	126.205
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(9.476)	(10.795)	(101.263)	(94.112)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(11)	(15)	83.795	(56.369)
		(9.487)	(10.810)	(17.468)	(150.481)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(8.880)	(3.677)	(114)	(24.276)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	431.452	326.781	452.507	356.074
Resultado financeiro líquido	23				
Receitas financeiras		2.394	3.108	12.314	99.451
Despesas financeiras		(1.271)	(813)	(19.508)	(115.998)
		1.123	2.295	(7.194)	(16.547)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		423.695	325.399	445.199	315.251
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17 (a)		(956)	(1.170)	(13.885)
Diferidos		1.318	1.775	(19.016)	24.852
Lucro líquido do exercício		425.013	326.218	425.013	326.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	425.013	326.218
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	(17.581)	5.100
Remensuração dos benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	(193.238)	(107.740)
Total do resultado abrangente do exercício	214.194	223.578

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração da movimentação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção			
Em 1º de janeiro de 2019		2.187.490	12.388	530.830			2.730.708
Lucro líquido exercício					326.218		326.218
Resultado abrangente do exercício						(102.640)	(102.640)
Total resultado abrangente do exercício					326.218	(102.640)	223.578
Aporte de capital		105.000					105.000
Aporte de investimento Pollarix		138.479					138.479
Reversão de dividendos obrigatórios				58.844			58.844
Deliberação de dividendos				(53.500)			(53.500)
Redução de capital		(521)					(521)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal			16.311		(16.311)		
Dividendos mínimos obrigatórios					(77.477)		(77.477)
Retenção de lucros				232.430	(232.430)		
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		242.958	16.311	237.774	(326.218)		170.825
Em 31 de dezembro de 2019		2.430.448	28.699	768.604		(102.640)	3.125.111
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício					425.013		425.013
Resultado abrangente do exercício						(210.819)	(210.819)
					425.013	(210.819)	214.194
Reversão de dividendos obrigatórios	1.1 (e)			77.477			77.477
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal			21.251		(21.251)		
Dividendos mínimos obrigatórios					(100.941)		(100.941)
Retenção de lucros				302.821	(302.821)		
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			21.251	380.298	(425.013)		(23.464)
Em 31 de dezembro de 2020		2.430.448	49.950	1.148.902		(313.459)	3.315.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		423.695	325.399	445.199	315.251
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias		(2.388)		(4.014)	109
Equivalência patrimonial	12 (a)	(431.452)	(326.781)	(452.507)	(356.074)
Depreciação e amortização	21	1.835	303	5.304	4.883
Ajuste a valor presente de contratos de arrendamento	15 (b)	341	69	604	702
Reversão de provisões	18 (a)				(1.124)
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	9 (a)			1.998	(445)
Contratos futuros de energia	11			(82.969)	67.048
		<u>(7.969)</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(86.385)</u>	<u>30.350</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(1.075)	(1.725)	46.691	(3.506)
Tributos a recuperar		(279)	140	1.157	1.752
Partes relacionadas				27.122	
Demais créditos e outros ativos		2.326	186	25.435	(21.022)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		372	185	(20.579)	(1.486)
Salários e encargos sociais		2.510	1.662	7.114	529
Tributos a recolher		130	(1.268)	(1.416)	(9.551)
Partes relacionadas					12.765
Provisões					(65)
Demais obrigações e outros passivos		2.409	1.035	(14.804)	(31.274)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.576)</u>	<u>(795)</u>	<u>(15.665)</u>	<u>(21.508)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(103)	(392)	(487)	(6.430)
		<u>(1.679)</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(16.152)</u>	<u>(27.938)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	13 (a)	(24)	(266)	(1.892)	(2.891)
Aumento de capital da VTRM Energia Participações S.A.			(105.917)		(105.917)
Aumento de capital da Votener	1.1 (d)	(51.000)			
Redução de capital em investidas	1.1 (c)	110.666		110.666	
Recebimento de dividendos	1.1 (b)	41.760	69.084	38.798	69.084
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>101.402</u>	<u>(37.099)</u>	<u>147.572</u>	<u>(39.724)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de arrendamentos	15 (b)	(2.049)	(342)	(3.450)	(3.241)
Pagamento de dividendos			(53.500)		(53.500)
Aumento de capital social			105.000		105.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(2.049)</u>	<u>51.158</u>	<u>(3.450)</u>	<u>48.259</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa					
		<u>97.674</u>	<u>12.872</u>	<u>127.970</u>	<u>(19.403)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.150	49.278	101.499	120.902
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>159.824</u>	<u>62.150</u>	<u>229.469</u>	<u>101.499</u>
Principais transações que não afetaram caixa					
Aporte de investimento Pollarix			138.479		138.479

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "VGE") e suas controladas, têm por objetivo a implantação, exploração, operação e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, prestação de serviços de operação e manutenção relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como realização de estudos e projetos relacionados ao dimensionamento e desenvolvimento de empreendimentos energéticos.

A Companhia é controlada direta da Votorantim S.A. ("VSA"), uma companhia de capital fechado, integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes", e que constitui a *holding* das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil.

As atividades da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), controlada direta da VGE, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- Ambiente de Contratação Regulada ("ACR");
- Ambiente de Contratação Livre ("ACL");
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

(a) Aquisição dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III

Em janeiro de 2020, a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* com controle compartilhado entre a VGE e *Canada Pension Plan Investment* ("CPP Investment"), exerceu sua opção de compra dos complexos Ventos do Piauí II e III, para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil, com investimento aproximado de R\$ 2 bilhões. A transação de compra e venda foi concluída em 10 de julho de 2020 após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, pelo montante de R\$ 115.060. O início de construção dos parques está previsto para 2021, com entrada em operação em 2022.

O valor do acordo de compra e venda somado com valor pago pela opção de compra totalizou R\$ 125.060, ao qual R\$ 123.261 foi registrado no ativo intangível, correspondente ao custo de aquisição do projeto de exploração e R\$ 1.799 foi registrado no investimento, correspondente ao valor patrimonial das empresas adquiridas no âmbito do projeto. Do saldo total do acordo de compra e venda o montante de R\$ 8.000 já foi pago no ato da conclusão da transação e o restante, no montante de R\$ 107.060, será atualizado pelo CDI até sua liquidação e será pago em 3 parcelas anuais. A primeira, com valor nominal de R\$ 32.950, foi liquidada em dezembro de 2020. As duas demais parcelas, nos valores nominais de R\$ 32.950 e R\$ 41.160 e serão liquidadas em dezembro de 2021 e 2022, respectivamente.

Cada um dos complexos será composto por cinco parques eólicos localizados na região na Serra do Inácio.

O complexo Ventos do Piauí II terá 100% da sua estrutura distribuída entre 3 municípios piauienses (Curral Novo, Paulistana e Betânia do Piauí) e o complexo Ventos do Piauí III, terá aerogeradores instalados em Curral Novo (Piauí), Araripina e Ouricuri (Pernambuco). Juntos, os novos complexos terão capacidade instalada de geração de energia de 409,2 MW e tornarão a VTRM responsável por aproximadamente 1 GW de capacidade instalada de geração naquela região.

(b) Recebimento de dividendos

Em 25 de março de 2020, foram recebidos dividendos nos montantes de R\$ 2.500, R\$ 1.513 e R\$ 1.356 das investidas Pollarix S.A. ("Pollarix"), CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia") e L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ("L.C.G.S.P.E"), respectivamente.

Em 20 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida Pollarix, no montante de R\$ 36.274. Em decorrência da desproporcionalidade dos dividendos, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 25.910, recebidos em 22 maio de 2020.

Em 20 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida CBA Energia, no montante de R\$ 12.910. Em decorrência da desproporcionalidade dos dividendos, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 8.875, recebidos em 22 maio de 2020.

Em 30 de abril de 2020, em Reunião de Sócios Quotistas, foram deliberados dividendos mínimos obrigatórios e adicionais no montante de R\$ 1.605 da investida L.C.G.S.P.E., a totalidade dos dividendos foram recebidos em 27 de julho de 2020.

(c) Redução de capital em investidas

Em 22 de abril de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da investida CBA Energia, no montante de R\$ 56.000. O capital social era de R\$ 262.377 dividido em 271.295.493 ações, sendo 90.431.831 ações ordinárias e 180.863.662 ações preferenciais. Após a operação, o capital social totalizou R\$ 206.377 dividido em 219.919.346 ações, sendo 73.306.449 ações ordinárias e 146.612.897 ações preferenciais. Conforme o percentual de participação de 66,67% que a Companhia detém, a redução foi de R\$ 37.333 no seu investimento.

Em 22 de abril de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da investida Pollarix, no montante de R\$ 110.000. O capital social era de R\$ 290.154 dividido em 355.028.333 ações, sendo 118.342.778 ações ordinárias e 236.685.555 ações preferenciais. Após a operação, o capital social totalizou R\$ 180.154 dividido em 251.254.748 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 83.751.583 ações ordinárias, 167.503.165 ações preferenciais de classe A e 2 (duas) ações preferenciais de classe B. Conforme o percentual de participação de 66,67% que a Companhia detém, a redução foi de R\$ 73.333 no seu investimento.

(d) Aumento de capital em investidas

Em 17 de novembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da investida Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$ 51.000, passando o capital social de R\$ 53.384 (dividido em 53.384.442 quotas) para R\$ 104.384 (dividido em 104.384.442 quotas).

(e) Reversão de dividendos obrigatórios

Em 30 de abril de 2020, a Companhia deliberou, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a reversão dos dividendos mínimos provisionados nas demonstrações financeiras de dezembro de 2019, no montante de R\$ 77.477, que ficará retido na reserva de lucros.

(f) GSF (*Generation Scaling Factor*)

A Lei nº 14.052 de 09/2020 estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, foi solicitado que a CCEE efetuasse os cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da ANEEL em outubro de 2020.

Os resultados preliminares desses cálculos para as usinas administradas pela VGE, por meio de suas coligadas Pollarix e CBA Energia, indicaram os seguintes prazos de extensão:

- (i) UHE Amador Aguiar I: 6 anos e 4 meses
- (ii) UHE Amador Aguiar II: 4 anos e 7 meses
- (iii) UHE Barra Grande: 3 anos e 10 meses
- (iv) UHE Campos Novos: 2 anos e 3 meses
- (v) UHE Igarapava: 2 anos e 9 meses
- (vi) UHE Picada: 5 anos e 1 mês

Em razão de alterações promovidas pela ANEEL em determinados fatores considerados no cálculo inicial da CCEE, quando da homologação final da regulação atualmente vigente e que subsidia os cálculos que estão em elaboração pela CCEE, torna-se impraticável, nesse momento, uma estimativa com segurança por parte da Administração dos prazos de extensão de cada usina, restando aguardar a CCEE efetuar e disponibilizar os cálculos finais com todos os parâmetros dados pela Resolução.

Desse modo, e considerando que (i) não houve ainda a devida apreciação e deliberação do tema pelos órgãos de governança das empresas e consórcios que terão direito à essa extensão e (ii) o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro de 2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, a Administração concluiu que os registros contábeis dos efeitos dessas extensões serão efetuados a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para o dia 2 de abril de 2021 e após as aprovações da adesão pela Companhia em Conselho de Administração.

(g) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia e suas investidas avaliaram a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas investidas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

Ainda, a Companhia avaliou a necessidade de *impairment* por Unidade Geradora de Caixa (UGC) para os saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura e concluiu que não houve necessidade de provisão de *impairment* para os saldos avaliados.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia e suas investidas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*

As investidas da Companhia avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que a pandemia não provocou impacto no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas investidas informam que não tiveram impactos materiais em suas operações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando a exposição a riscos operacionais decorrentes de eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou se o resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**2.1 Base de apresentação****(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive compromissos firmes de compra e venda de energia, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração em 08 de março de 2021.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Atualmente a Companhia possui participação de 50% na controlada em conjunto VTRM.

(c) Empresas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2020	2019		
Votener -Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Prestação de serviços
SF Fifty Six Participações Societária Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding
SF Ninety Five Participações Societárias S.A.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 -“Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 “Ativo imobilizado”;
- (iii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iv) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (v) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (vi) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vii) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (viii) Reforma das *Interbank offered rates* (IBORs): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidenciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9);
- (ii) Contratos futuros de energia (Nota 11);
- (iii) Imobilizado (Nota 13);
- (iv) Intangível (Nota 14);
- (v) Arrendamentos (Nota 15);
- (vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17);
- (vii) Provisões (Nota 19).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas adotam política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Companhia e suas controladas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Total	
Em 31 de dezembro de 2020				
Arrendamentos (i)	2.049	2.220	4.269	
Fornecedores	3.367		3.367	
	5.416	2.220	7.636	
Em 31 de dezembro de 2019				
Arrendamentos (i)	2.049	3.928	5.977	
Fornecedores	2.995		2.995	
	5.044	3.928	8.972	
	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Arrendamentos (i)	3.450	3.024		6.474
Fornecedores	375.600			375.600
	379.050	3.024		382.074
Em 31 de dezembro de 2019				
Arrendamentos (i)	3.450	6.620	836	10.906
Fornecedores	396.179			396.179
	399.629	6.620	836	407.085

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Contratos futuros de energia - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

		Controladora					
		Valor justo medido com base em		Valor contábil			
		Nível 1					
Nota		2020	2019	2020	2019		
Ativos							
	Equivalente de caixa	8		159.724	61.881	159.724	61.881
Consolidado							
		Valor justo medido com base em					
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
Nota		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo							
	Equivalente de caixa	8		229.092	100.975	229.092	100.975
	Contratos futuros de energia	11		57.895	29.267	57.895	29.267
				229.092	100.975	286.987	130.242
Passivo							
	Contratos futuros de energia	11			54.341		54.341

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e de contratos futuros de energia são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição de preço dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Impactos no resultado					
				Cenário I		Cenários II & III			
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
BRL-CDI 2,75%	159.724	BRL mil	1 bps	9	(759)	(1.517)	759	1.517	

Fatores de risco	Contratos futuros de energia	Equivalentes de caixa	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Consolidado Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL-CDI 2,75%		229.092	BRL mil	1 bps	12	(1.088)	(2.176)	1.088	2.176
Contratos futuros de energia									
Contratos de compra e venda	57.895		BRL mil			204.083	332.890	(53.529)	(182.336)

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A controlada Votener realiza operações de compra e venda de energia para atender a demanda de investidas da VSA e do mercado. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos financeiros” e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9	3.131	2.056	400.046	448.735
Partes relacionadas	10 (b)				27.122
		<u>3.131</u>	<u>2.056</u>	<u>400.046</u>	<u>475.857</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	159.824	62.150	229.469	101.499
Contratos futuros de energia	11			8.602	29.267
		<u>159.824</u>	<u>62.150</u>	<u>238.071</u>	<u>130.766</u>
Passivo					
Ao custo amortizado					
Arrendamentos	15 (b)	3.919	5.627	5.597	8.443
Fornecedores	16	3.367	2.995	375.600	396.179
		<u>7.286</u>	<u>8.622</u>	<u>381.197</u>	<u>404.622</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	11				54.341

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	96.456	62.139	123.215	101.457
AA+	63.361	3	106.237	12
AA	7	8	14	27
AA-			3	3
	<u>159.824</u>	<u>62.150</u>	<u>229.469</u>	<u>101.499</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 98,10% e 101,50% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional				
Caixa e bancos	100	269	377	524
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	119.703	11.121	164.436	11.121
Quotas de fundos de investimentos	40.021	50.760	64.656	89.854
	<u>159.824</u>	<u>62.150</u>	<u>229.469</u>	<u>101.499</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. O controle das operações deste fundo exclusivo é feito pela tesouraria da VSA, e as operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas - Títulos públicos	36.007	48.160	58.152	85.252
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		2.600		4.602
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	4.014		6.504	
	<u>40.021</u>	<u>50.760</u>	<u>64.656</u>	<u>89.854</u>

9 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas de crédito esperadas.

Mensalmente a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

(a) Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Cientes nacionais				318.101	279.962
Créditos a receber com a CCEE				290	27.610
Partes relacionadas	10	3.131	2.056	83.653	141.163
		3.131	2.056	402.044	448.735
Perda de crédito esperada				(1.998)	
		3.131	2.056	400.046	448.735

Cientes nacionais e partes relacionadas são representados, substancialmente, por contas a receber negociados pela Companhia e suas controladas no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

Créditos a receber com a CCEE decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados entre 45 e 60 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	2.329	2.045	397.920	423.661
Vencidos até 3 meses	666		1.278	25.058
Vencidos entre 3 a 6 meses			447	5
Vencidos há mais de 6 meses	136	11	2.399	11
	3.131	2.056	402.044	448.735

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

(c) Qualidade dos créditos de contas a receber “a vencer”

	Consolidado	
	2020	2019
Risco médio	290	55.429
Risco baixo	397.631	368.232
	<u>397.920</u>	<u>423.661</u>

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais e partes relacionadas, não vencidos e não *impaired*.

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia.

Risco médio - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

Risco baixo - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Companhia.

10 Partes relacionadas**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

(a) Controladora

	Contas a receber de clientes (Nota 9)		Dividendos a receber		Fornecedores (Nota 16)		Dividendos a pagar		Controladora Vendas e serviços (Nota 20)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Sociedade controladora									
Votorantim S.A.					42		100.941	77.477		
Sociedades coligadas										
CBA Energia Participações S.A.			11.392	1.513						
Companhia Brasileira de Alumínio S.A.	1.381	1.208							21.624	19.817
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.			453	1.356						
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	9								1.159	926
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.									866	854
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	8								1.019	896
Votener Votorantim Com. Energia Ltda.	13									
Nexa Recursos Minerais S.A.	9	9								
Pollarix S.A.			22.999	2.500						
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	209	200							2.547	2.442
Votorantim Cimentos S.A.	469								476	
Sociedade controlada em conjunto										
VTRM Energia Participações S.A.	1.033	639	139.650	65.455					11.268	12.009
Total circulante	3.131	2.056	174.494	70.824	42		100.941	77.477	38.959	36.944

(b) Consolidado

	Consolidado									
	Contas a receber de clientes (Nota 9) (i)		Dividendos a receber		Ativo circulante e não circulante		Fornecedores (Nota 16) (i)		Dividendos a pagar	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedade controladora										
Votorantim S.A.							565	801	100.941	77.477
Sociedades coligadas										
Baesá-Energética Barra Grande S.A.		1.161								
Campos Novos Energia S.A.		7.421								
CBA Energia Participações S.A.	2.670	6.995	11.392	1.512			2.112	6.653		
CBA Itapissuma Ltda.	26									
Citrosuco S.A. Agroindústria	864	71					705			
Citrovita Agroindustrial		4.281						116		
Companhia Brasileira de Alumínio	36.698	83.481				27.122	38.272	107.457		
Companhia Energética de São Paulo		2.121					7.486	3.955		
CESP Comercializadora de Energia S.A.	2.212									
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	950	1.189						1.202		
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	604	1.192								
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	637	1.312								
Metalex Ltda.	83	188								
Nexa Recursos Minerais S.A.	715	2.300								
Pollarix S.A.	1.763		22.999	2.500			1.723			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.							119	3.709		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	8	21					17	236		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	10	26					81	77		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	9	25					186	178		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	9	25					276	264		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	6	6					12	10		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	9	9					19	17		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	10	10					21	19		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	6	6					12	10		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	4	22					9	10		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	8	8					16	15		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	8	8					16	14		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	9	9					18	16		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	2	101					3	5		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	7	22					14	354		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	9	9					190	181		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	10	24					66	62		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	11	11					22	20		
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	5.583	8.362					1.503			
Votorantim Cimentos S.A.	29.680	19.921								
Sociedade controlada em conjunto										
VTRM Energia Participações S.A.	1.033	826	139.650	65.455						
Total circulante	83.653	141.163	174.041	69.467		27.122	53.463	125.381	100.941	77.477

(i) Refere-se substancialmente às operações de vendas e compras de energia.

	Consolidado					
	Vendas e serviços (Nota 20)		Compras		Receita financeira (Nota 23)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedades coligadas						
Baesa-Energética Barra Grande S.A. (i)		25.058		57.118		
Campos Novos Energia S.A. (i)		80.669				
CBA Energia Participações S.A. (ii)	23.164	6.996	16.997			
Pollarix (ii)	20.190		28.768			
Citrosuco S.A. Agroindústria		37.896				
Citrovita Agroindustrial		1.805				
Companhia Brasileira de Alumínio (iii)	440.416	1.033.525	595.468	1.219.439	7.552	90.625
Companhia Energética de São Paulo	2.121	12.588	74.049	45.059		
CESP Comercializadora de Energia S.A.	23.905					
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	10.995	6.907	1.202	12.950		
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	7.221	12.861		124		
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	8.374	8.688				
Nexa Recursos Minerais S.A.	16.151	15.489	462			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.				1.267		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.021	103	2.790	3.612		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	240	203	958	863		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	602	129	2.185	1.940		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	837	183	3.281	2.864		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	150	111	498	704		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	199	110	540	669		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	249	152	730	938		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	196	163	722	1.076		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	132	164	124	149		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	180	109	524	680		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	147	71	330	402		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	281	213	1.015	1.418		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	316	711	47	97		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.409	120	4.083	5.445		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	616	133	2.341	2.226		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	279	196	998	710		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	275	216	835	1.090		
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	41.710	34.850	19.986	16.986		
Votorantim Cimentos S.A.	354.842	273.087				
Sociedade controlada em conjunto						
VTRM Energia Participações S.A.	10.805	14.287				
	967.023	1.567.793	758.933	1.377.826	7.552	90.625

- (i) Variação decorrente da transferência das operações para as holdings CBA Energia e Pollarix, devido a reestruturação societária (Nota 1.1 (c)).
- (ii) Variação em vendas e compras de energia, decorrentes de novas negociações.
- (iii) Variação decorrente da redução no volume de vendas em 390 MWh e do volume de compras em 195 MWh, relativos ao Leilão Leilão A-0/ 2014.

11 Contratos futuros de energia

As operações realizadas pela controlada Votener até 2023 no ACL foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. No exercício de 2020, a realização do valor justo dessas operações, decorrente de liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, resultou em um ganho de R\$ 82.969 (R\$ 80.619 de perda em 2019). Esses valores foram contabilizados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

Os contratos do Leilão A-0/2014 foram liquidados na sua totalidade em dezembro de 2019.

	Consolidado	
	Operações no ACL	
	2020	2019
Ativo		
Circulante	49.293	
Não circulante	8.602	29.267
	57.895	29.267
Passivo		
Circulante		(54.341)
Saldo líquido	57.895	(25.074)

	2020		2019	
	Operações no ACL	Leilão A-0/ 2014	Operações no ACL	Total
Realização	(10.668)	(31.051)	(80.619)	(111.670)
Reconhecimento	93.637		46.106	46.106
Reversão		(1.484)		(1.484)
	<u>82.969</u>	<u>(32.535)</u>	<u>(34.513)</u>	<u>(67.048)</u>

12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(i) Impairment de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia utiliza critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(ii) Impairment de ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(a) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs, as quais são segregadas por usinas. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

Em relação as premissas, os preços utilizados nos fluxos de caixa descontados foram baseados na curva de preços divulgada pela “Dcide” (empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções de informação, processamento e modelagem quantitativa para o setor de energia elétrica). A taxa de desconto aplicada no teste de *impairment* corresponde ao custo médio ponderado de capital da Companhia pré impostos e reflete os riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada. As UGCs testadas foram:

Baesa – Energética Barra Grande S.A.

Enercan – Campos Novos Energia S.A.

L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

A Administração não identificou a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

(b) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2020				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2020	2019	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
<i>Controladas</i>								
Votener -Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	138.472	(23.451)	100,00	100,00	(23.451)	(30.931)	138.472	110.923
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	2.210	1.907	100,00	100,00	1.907	1.691	2.210	2.362
SF Fifty Six Participações Societária Ltda	50	(1)	100,00	100,00		(53)	50	50
SF Ninety Five Participações Societárias S.A.	1		100,00	100,00			1	
<i>Coligadas</i>								
CBA Energia Participações S.A. (i)	262.468	69.772	66,67		47.968	30.035	176.885	185.907
Pollarix S.A. (ii)	289.293	135.567	66,67		96.831	54.648	199.424	221.574
Joint ventures								
VTRM Energia Participações S.A. (iii)	3.879.357	624.809	50,00	50,00	308.197	271.391	2.076.064	2.056.756
<i>Ágios</i>								
Pollarix S.A.							231.135	231.135
CBA Energia Participações S.A.							316.248	316.248
					<u>431.452</u>	<u>326.781</u>	<u>3.140.489</u>	<u>3.124.955</u>

	Informações em 31 de dezembro de 2020				Resultado de equivalência patrimonial		Consolidado	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2020	2019	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
CBA Energia Participações S.A. (i)	262.468	69.772	66,67		47.968	30.035	176.885	185.907
Pollarix S.A. (ii)	289.293	135.567	66,67		96.831	54.648	199.424	221.574
Joint venture								
VTRM Energia Participações S.A. (iii)	3.879.357	624.809	50,00	50,00	308.197	271.391	2.076.064	2.056.756
Esplanada Geração de Energia Ltda.		(979)	50,00	50,00	(489)			
Outros investimentos							2	110
Ágios								
Pollarix S.A.							231.135	231.135
CBA Energia Participações S.A.							316.248	316.248
					<u>452.507</u>	<u>356.074</u>	<u>2.999.758</u>	<u>3.011.730</u>

(i) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2020, devido ao cálculo de equivalência patrimonial que considera a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, parágrafo 2º do estatuto social da CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessa coligada, portanto, não há percentual de participação votante.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2020, devido ao cálculo de equivalência patrimonial que considera a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Pollarix, que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessa coligada, portanto, não há percentual de participação votante.

(iii) O investimento VTRM, em 31 de dezembro de 2020, não concilia com o patrimônio líquido da investida por considerar o montante de R\$ 136.385 registrado quando do ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM. A amortização do valor justo tem impacto no montante de R\$ 3.857 no resultado do exercício.

(c) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020											
	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado não operacional	Receitas financeiras	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro líquido do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial												
VTRM Energia Participações S.A.	50,00	50,00	352.372	4.226.519	(327.030)	(372.504)	(3.879.357)	(22.371)	(4.620)	(2.152)	653.952	624.809
Pollarix S.A.	66,67		75.544	253.759	(40.010)		(289.293)	(5.838)		130	141.279	135.571
CBA Energia Participações S.A.	66,67		55.677	242.367	(35.576)		(262.468)	(3.740)		28	73.484	69.772

	2019											
	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado não operacional	Receitas financeiras	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro líquido do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial												
VTRM Energia Participações S.A.	50,00	50,00	76.799	3.930.049	(7.165)	(167.358)	(3.832.325)	(37.254)	(44)	1.750	692.516	618.973
Pollarix S.A.	66,67		34.464	310.539	(12.814)		(332.189)	(21.523)		732	109.501	88.710
CBA Energia Participações S.A.	66,67		46.536	259.498	(27.852)		(278.182)	(15.117)		1.071	59.821	43.800

(d) **Movimentação**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício		3.124.955	2.788.212	3.011.730	2.644.338
Equivalência patrimonial		431.452	326.781	452.507	356.074
Dividendos deliberados					
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	1.1 (b)	(1.605)	(1.356)		
CBA Energia Participações S.A.	1.1 (b)	(8.875)	(26.666)	(8.875)	(26.666)
Pollarix S.A.	1.1 (b)	(25.910)	(41.660)	(25.910)	(41.660)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo na VTRM (i)		(210.819)	(102.640)	(210.819)	(102.640)
Redução de capital de investidas					
CBA Energia Participações S.A.	1.1 (c)	(37.333)		(37.333)	
Pollarix S.A.	1.1 (c)	(73.333)		(73.333)	
Redução de capital	1.1 (c)		(521)		(521)
Dividendos obrigatórios deliberados					
VTRM Energia Participações S.A.		(74.196)	(65.455)	(74.196)	(65.455)
CBA Energia Participações S.A.		(11.392)		(11.392)	
Pollarix S.A.		(22.999)		(22.999)	
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.		(453)			
Aporte de investimento Pollarix S.A.			138.479		138.479
Integralização de capital da VTRM			105.917		105.917
Aumento de capital na Votener	1.1 (d)	51.000			
Dividendos revertidos pela VTRM			3.866		3.866
Outros		(3)	(2)	378	(2)
Saldo no final do exercício		3.140.489	3.124.955	2.999.758	3.011.730

(i) Ajuste de avaliação patrimonial referente a remensuração dos benefícios a aposentadoria (CPC 33) e dos instrumentos financeiros derivativos na VTRM, referente a CESP Geradora e CESP Comercializadora.

13 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Administração não identificou a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado						
						2020	2019
	Terras e terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento (i)	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	8.627	834	1.994	1.886	23.220	36.561	36.845
Depreciação acumulada		(799)	(106)	(723)		(1.628)	(989)
Saldo líquido	8.627	35	1.888	1.163	23.220	34.933	35.856
Adições					1.892	1.892	3.412
Depreciação		(65)	(202)	(377)		(644)	(639)
Redução de capital							(521)
Transferências		501	52		(3.217)	(2.664)	(3.175)
Saldo final	8.627	471	1.738	786	21.895	33.517	34.933
Custo	8.627	1.335	2.046	1.886	21.895	35.789	36.561
Depreciação acumulada		(864)	(308)	(1.100)		(2.272)	(1.628)
Saldo líquido no final do exercício	8.627	471	1.738	786	21.895	33.517	34.933
Taxas médias anuais de depreciação - %		8	10	20			

(i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” para a classe de “Móveis e utensílios” do imobilizado e para a classe de “Softwares” do intangível.

(b) Obras em andamento

	Consolidado	
	2020	2019
Projeto Corumbá - GO (i)	20.720	20.355
Projetos de tecnologia da informação (ii)	1.175	2.865
	21.895	23.220

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a controlada Votener venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

(ii) Os projetos de TI visam a automatização e ganho de produtividade em processos da controlada Votener, com a implementação de novas tecnologias voltadas ao relacionamento com o cliente, planejamento financeiro, *Big Data*, entre outras.

14 Intangível

Política contábil

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado	
	Softwares	
	2020	2019
Saldo no início do exercício		
Custo	4.313	1.138
Amortização acumulada	(1.922)	(478)
Saldo líquido	2.391	660
Amortização	(1.690)	(1.444)
Transferências (i)	2.664	3.175
Saldo final	3.365	2.391
Custo	6.977	4.313
Amortização acumulada	(3.612)	(1.922)
Saldo líquido no final do exercício	3.365	2.391
Taxa média anual de amortização - %	20	20

(i) Transferências advindas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

15 Arrendamentos

(a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	2019
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Total	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total
Saldo no início do exercício					
Custo	5.900		10.683	423	11.106
Amortização acumulada	(303)	(303)	(2.670)	(130)	(2.800)
Transferência		5.900			
Saldo líquido	5.597	5.597	8.013	293	8.306
Adoção inicial					11.106
Amortização	(1.815)		(2.840)	(130)	(2.970)
Saldo final	3.782	5.597	5.173	163	5.336
Custo	5.900	5.900	10.683	423	11.106
Amortização acumulada	(2.118)	(303)	(5.510)	(260)	(5.770)
Saldo líquido no final do exercício	3.782	5.597	5.173	163	5.336
Taxas médias anuais de amortização - %	26	26	26	31	

(b) Arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	5.627		8.443	11.106
Liquidações	(2.049)	(342)	(3.450)	(3.241)
Ajuste a valor presente (i)	341	69	604	702
Transferência		5.900		
Baixa				(124)
Saldo no final do exercício	3.919	5.627	5.597	8.443
Circulante	1.699	1.969	3.100	3.315
Não circulante	2.220	3.658	2.497	5.128
	3.919	5.627	5.597	8.443

(i) A taxa de juros incremental, ao custo médio das obrigações é de 7,70% a.a. para todos os arrendamentos.

(c) Perfil de vencimento

	Controladora			
	2021	2022	2023	Total
Moeda nacional	2.919	1.000		3.919
	<u>2.919</u>	<u>1.000</u>		<u>3.919</u>

	Consolidado			
	2021	2022	2023	Total
Moeda nacional	3.792	1.748	57	5.597
	<u>3.792</u>	<u>1.748</u>	<u>57</u>	<u>5.597</u>

16 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais		3.325	2.995	322.137	270.798
Partes relacionadas	10	42		53.463	125.381
		<u>3.367</u>	<u>2.995</u>	<u>375.600</u>	<u>396.179</u>

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa – efeitos cambiais); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; e (d) a diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

Em 2020, a Companhia realizou a baixa do diferido sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa por não ter expectativa de realização.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	423.695	325.399	445.199	315.251
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(144.056)	(110.636)	(151.368)	(107.185)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Incentivo fiscal		32		284
Equivalência patrimonial	146.694	111.106	153.852	121.065
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(2.321)		(23.139)	(18)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido			121	203
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	1.001	317	348	(3.382)
IRPJ e CSLL apurados	1.318	819	(20.186)	10.967
Correntes		(956)	(1.170)	(13.885)
Diferidos	1.318	1.775	(19.016)	24.852
IRPJ e CSLL no resultado	1.318	819	(20.186)	10.967
Taxa efetiva %	0,31%	(0,25%)	(4,53%)	(3,48%)

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)		1.791	3.646	1.811
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas			460	451
Perda de crédito esperada			679	
Provisão de participação no resultado - PPR	5.104	3.462	13.114	7.918
Contratos futuros de energia			(19.684)	8.525
Outros créditos		10		88
IFRS 16 - Arrendamento mercantil	47		131	
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	(46.371)	(47.801)	(46.371)	(47.801)
Impostos diferidos líquidos	(41.220)	(42.538)	(48.025)	(29.008)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica				13.530
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(41.220)	(42.538)	(48.025)	(42.538)

- (i) A controlada Votoner constituiu diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa na proporção da existência de lucro tributável futuro para sua realização. A Votoner ainda possui o montante de R\$ 20.818 de diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa que não foi constituído.

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	(42.538)	(44.313)	(29.008)	(53.860)
Efeito no resultado	1.318	1.775	(19.016)	24.852
Saldo no final do exercício	(41.220)	(42.538)	(48.025)	(29.008)

18 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.325	2.405
Atualização monetária	37	109
Depósitos judiciais	(42)	
Reversões	(44)	(1.124)
Liquidações	(8)	(65)
Saldo no final do exercício (i)	1.268	1.325

(i) Os valores registrados referem-se a processos judiciais de natureza trabalhista.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível.

19 Patrimônio líquido

Política contábil

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 2.430.448, composto por 2.430.448.419 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos obrigatórios mínimos, no montante de R\$ 100.941, reconhecido em dividendos a pagar.

(d) Dividendos por ação

	2020
Lucro líquido do exercício	425.013
Reserva legal - 5%	(21.251)
Base de cálculo dos dividendos	403.762
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	100.941
Total dos dividendos propostos	100.941
Quantidade de ações, em milhares	2.430.969
Dividendos por ação em reais	0,04

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ (210.819) em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos, da controlada em conjunto VTRM que detêm investimento na CESP.

20 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da controlada Votener são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada Votener (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a controlada Votener.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Venda de energia elétrica			3.025.476	3.125.594
Venda de serviços			48.531	44.460
Partes relacionadas	38.959	36.944	967.023	1.572.393
	38.959	36.944	4.041.030	4.742.447
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(5.419)	(5.102)	(452.797)	(513.363)
Receita líquida	33.540	31.842	3.588.233	4.229.084

As receitas da Companhia e suas controladas são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

21 Abertura do resultado por natureza

	2020			Controladora 2019		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Despesas com benefícios a empregados	32.933		32.933	24.709	1.129	25.838
Depreciação e amortização		1.835	1.835		303	303
Impostos e taxas		1.668	1.668		1.658	1.658
Serviços de terceiros		3.442	3.442		3.888	3.888
Outras despesas		2.531	2.531		3.817	3.817
	32.933	9.476	42.409	24.709	10.795	35.504

	Consolidado					
	2020			2019		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo com suprimento de energia	3.537.946		3.537.946	4.078.131	176	4.078.307
Despesas de benefícios a empregados	32.933	60.922	93.855	24.709	49.972	74.681
Serviços de terceiros		24.644	24.644		22.962	22.962
Depreciação e amortização		5.303	5.303		4.883	4.883
Impostos e taxas		2.704	2.704	2	2.312	2.314
Aluguéis e arrendamentos		1.319	1.319	37	1.453	1.490
Outras despesas		6.371	6.371		12.354	12.354
	<u>3.570.879</u>	<u>101.263</u>	<u>3.672.142</u>	<u>4.102.879</u>	<u>94.112</u>	<u>4.196.991</u>

(a) Despesas de benefícios a empregados**Política contábil****Participação dos empregados no resultado**

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”, na categoria de remuneração direta.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração direta	22.629	17.611	65.271	48.959
Encargos sociais	8.331	6.507	22.624	19.532
Benefícios	1.973	1.720	5.960	6.190
	<u>32.933</u>	<u>25.838</u>	<u>93.855</u>	<u>74.681</u>

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2020	2019
Demais operações - Reconhecimento de contratos futuros de energia (i)	93.637	46.106
Demais operações - Realização de contratos futuros de energia (i)	(10.668)	(80.619)
Leilão A-0/2014 - Realização de contratos futuros de energia (i)		(31.051)
Leilão A-0/2014 - Redução do volume de contratos futuros de energia		(1.484)
Recuperação de créditos de PIS/COFINS		10.708
Reversão de provisões judiciais		1.124
Provisão de perda esperada (ii)	(1.998)	
Outras receitas (despesas) líquidas	2.824	(1.153)
	<u>83.795</u>	<u>(56.369)</u>

(i) A realização dos contratos futuros de energia impactou a margem bruta em razão da liquidação física dos mesmos.

(ii) Provisão de perda esperada referente ao recebimento de clientes (Nota 9(a)).

23 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 10(a))			7.552	90.625
Receita de aplicações financeiras	2.341	2.997	4.594	7.292
Juros sobre ativos financeiros	47	111	149	1.522
Descontos obtidos	6		19	12
	<u>2.394</u>	<u>3.108</u>	<u>12.314</u>	<u>99.451</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance			(8.244)	(98.927)
Despesas de captação	(452)		(452)	
Encargos sobre operações de descontos			(8.634)	(9.241)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(111)	(145)	(569)	(4.609)
Comissões sobre operações financeiras				(126)
Outras despesas financeiras, líquidas	(708)	(668)	(1.609)	(3.095)
	<u>(1.271)</u>	<u>(813)</u>	<u>(19.508)</u>	<u>(115.998)</u>
	<u>1.123</u>	<u>2.295</u>	<u>(7.194)</u>	<u>(16.547)</u>

24 Benefícios de plano de pensão

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

25 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

26 Informações suplementares, segmentos de negócios

A Companhia divulga informações financeiras por segmentos operacionais, utilizados para tomada de decisão, os quais são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação:

1. Comercialização;
2. Holding e prestação de serviços;
3. Geração.

As informações a seguir referem-se à abertura da VGE por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela holding.

(a) Balanço patrimonial – Segmentado de negócio

	2020				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		67.362	162.107		229.469
Contas a receber de clientes		396.925	3.134	(13)	400.046
Tributos a recuperar		5.232	1.954		7.186
Dividendos a receber			174.041		174.041
Contratos futuros de energia		49.293			49.293
Partes relacionadas					
Outros ativos		606	889		1.495
		<u>519.418</u>	<u>342.125</u>	<u>(13)</u>	<u>861.530</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar		430			430
Contratos futuros de energia		8.602			8.602
Partes relacionadas					
Outros ativos			244		244
		<u>9.032</u>	<u>244</u>		<u>9.276</u>
Investimentos	2.999.756		145.109	(145.107)	2.999.758
Imobilizado		33.012	505		33.517
Intangível		2.419	946		3.365
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos		1.554	3.782		5.336
	<u>2.999.756</u>	<u>46.017</u>	<u>150.586</u>	<u>(145.107)</u>	<u>3.051.252</u>
Total do ativo	<u>2.999.756</u>	<u>565.435</u>	<u>492.711</u>	<u>(145.120)</u>	<u>3.912.782</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamentos		1.401	1.699		3.100
Fornecedores		372.106	3.494		375.600
Salários e encargos sociais		15.188	11.957		27.145
Tributos a recolher		7.623	1.216		8.839
Dividendos a pagar			100.941		100.941
Outros passivos		8.468	143		8.611
		<u>404.786</u>	<u>119.450</u>		<u>524.236</u>
Não circulante					
Arrendamentos		277	2.220		2.497
Provisões		1.268			1.268
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.805	41.220		48.025
Outros passivos		13.827	7.101	(13)	20.915
		<u>22.177</u>	<u>50.541</u>	<u>(13)</u>	<u>72.705</u>
Total do passivo		<u>426.963</u>	<u>169.991</u>	<u>(13)</u>	<u>596.941</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.999.756</u>	<u>138.472</u>	<u>322.720</u>	<u>(145.107)</u>	<u>3.315.841</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.999.756</u>	<u>565.435</u>	<u>492.711</u>	<u>(145.120)</u>	<u>3.912.782</u>

2019					
	<i>Holdings e</i>				Consolidado
	Geração	Comercialização	prest ação de serviços	Eliminações	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		37.631	63.868		101.499
Contas a receber de clientes		444.602	4.133		448.735
Tributos a recuperar		6.964	1.379		8.343
Dividendos a receber			69.467		69.467
Partes relacionadas		27.122			27.122
Outros ativos		22.250	909		23.159
		<u>538.569</u>	<u>139.756</u>		<u>678.325</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar		430			430
Contratos futuros de energia		29.267			29.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.530			13.530
Outros ativos		10	330		340
		<u>43.237</u>	<u>330</u>		<u>43.567</u>
Investimentos	3.011.620	109	110.947	(110.946)	3.011.730
Imobilizado		34.244	689		34.933
Intangível		2.391			2.391
Direito de uso de ativos		4.071	4.235		8.306
	<u>3.011.620</u>	<u>84.052</u>	<u>116.201</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.100.927</u>
Total do ativo	<u>3.011.620</u>	<u>622.621</u>	<u>255.957</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.779.252</u>

2019					
	<i>Holdings e</i>				Consolidado
	Geração	Comercialização	prest ação de serviços	Eliminações	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamentos a pagar		1.346	1.969		3.315
Fornecedores		393.159	3.020		396.179
Salários e encargos sociais		11.021	9.010		20.031
Tributos a recolher		8.250	1.322		9.572
Contratos futuros de energia		54.341			54.341
Receita diferida - obrigação por performance		31.782			31.782
Dividendos a pagar			77.477		77.477
Outros passivos		918	720		1.638
		<u>500.817</u>	<u>93.518</u>		<u>594.335</u>
Não circulante					
Arrendamentos a pagar		2.832	2.296		5.128
Provisões		1.325			1.325
Imposto de renda e contribuição social			42.538		42.538
Outros passivos		6.701	4.114		10.815
		<u>10.858</u>	<u>48.948</u>		<u>59.806</u>
Total do passivo		<u>511.675</u>	<u>142.466</u>		<u>654.141</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.011.620</u>	<u>110.946</u>	<u>113.491</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.125.111</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.011.620</u>	<u>622.621</u>	<u>255.957</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.779.252</u>

(b) Demonstração do resultado – Segmentado de negócio

	2020				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados		3.548.005	40.228		3.588.233
Custo de compra de energia e dos serviços prestados		(3.537.946)	(32.933)		(3.570.879)
Lucro bruto		10.059	7.295		17.354
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas		(87.877)	(13.386)		(101.263)
Outras receitas operacionais, líquidas		83.952	(157)		83.795
		(3.925)	(13.543)		(17.468)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		6.134	(6.248)		(114)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	452.996	(489)	(23.451)	23.451	452.507
	452.996	(489)	(23.451)	23.451	452.507
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras		9.844	2.470		12.314
Despesas financeiras		(18.235)	(1.273)		(19.508)
		(8.391)	1.197		(7.194)
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	452.996	(2.746)	(28.502)	23.451	445.199
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(370)	(800)		(1.170)
Diferidos		(20.335)	1.319		(19.016)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	452.996	(23.451)	(27.983)	23.451	425.013
2019					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados		4.192.510	36.574		4.229.084
Custo de compra de energia e dos serviços prestados		(4.078.045)	(24.834)		(4.102.879)
Lucro bruto		114.465	11.740		126.205
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas		(80.810)	(13.302)		(94.112)
Outras despesas operacionais, líquidas		(56.354)	(15)		(56.369)
		(137.164)	(13.317)		(150.481)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(22.699)	(1.577)		(24.276)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	356.074		(30.931)	30.931	356.074
	356.074		(30.931)	30.931	356.074
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras		96.224	3.227		99.451
Despesas financeiras		(115.167)	(831)		(115.998)
		(18.943)	2.396		(16.547)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	356.074	(41.642)	(30.112)	30.931	315.251
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(12.366)	(1.519)		(13.885)
Diferidos		23.077	1.775		24.852
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	356.074	(30.931)	(29.856)	30.931	326.218

(c) EBITDA ajustado – Segmentado de negócio

2020					
	<i>Holdings e prestação</i>				
	Geração	Comercialização	serviços	Eliminações	Consolidado
Resultado do exercício	452.996	(23.451)	(27.983)	23.451	425.013
Imposto de renda e contribuição social		20.705	(519)		20.186
Resultado antes dos impostos	452.996	(2.746)	(28.502)	23.451	445.199
Equivalência patrimonial	(452.996)	489	23.451	(23.451)	(452.507)
Resultado financeiro, líquido		8.391	(1.197)		7.194
Depreciação e amortização		3.432	1.871		5.303
EBITDA		9.566	(4.377)		5.189
Itens excepcionais:					
Dividendos recebidos	38.798				38.798
EBITDA ajustado	38.798	9.566	(4.377)		43.987
2019					
	<i>Holdings e prestação</i>				
	Geração	Comercialização	serviços	Eliminações	Consolidado
Resultado do exercício	356.074	(30.931)	(29.856)	30.931	326.218
Imposto de renda e contribuição social		(10.711)	(256)		(10.967)
Resultado antes dos impostos	356.074	(41.642)	(30.112)	30.931	315.251
Equivalência patrimonial	(356.074)		30.931	(30.931)	(356.074)
Resultado financeiro, líquido		18.943	(2.396)		16.547
Depreciação e amortização		4.580	303		4.883
EBITDA		(18.119)	(1.274)		(19.393)
Itens excepcionais:					
Dividendos recebidos	69.084				69.084
EBITDA ajustado	69.084	(18.119)	(1.274)		49.691

27 Eventos subsequentes

Incidente ocorrido em subestação coletora da controlada em conjunto VTRM

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, formado por parques eólicos pertencentes a controlada em conjunto VTRM, provocou o desligamento do transformador de força (trafo) remanescente dessa subestação, o que causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que a totalidade da energia que vinha sendo gerada pelo complexo já havia sido direcionada para escoamento para esse transformador em função do incidente ocorrido em junho de 2020, que provocou o desligamento do outro transformador existente nessa subestação.

A Administração da VTRM está atuando para obtenção de parecer sobre a viabilidade de conserto ou necessidade de substituição do transformador, bem como o prazo para resolução do problema em ambos os cenários.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi recebido o diagnóstico definitivo sobre a viabilidade do conserto e tampouco o parecer da seguradora relativo à indenização.